

Livro	146	Fis	81
Doc. n.º	141	Fis	384/395
10/04/2023			

DOCUMENTO COMPLEMENTAR ELABORADO NOS TERMOS DO NÚMERO 2 DO ARTIGO 64º DO CÓDIGO DO NOTARIADO DA ESCRITURA OUTORGADA EM DEZ DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS, NO CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA DO NOTÁRIO GONÇALO RODRIGO BARREIROS RODRIGUES SOARES CRUZ, LAVRADA A FOLHAS OITENTA E UMA DO LIVRO DE NOTAS PARA ESCRITURAS DIVERSAS NÚMERO CENTO E QUARENTA E SEIS.

ESTATUTOS

Manifestamente



Ana Maria

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º

Denominação, natureza jurídica, sede e duração

1. A Associação “Associação Manifestamente: iniciativa cidadã pela Saúde Mental” adiante designada apenas por “Associação” ou “Manifestamente” é uma instituição com personalidade jurídica sem fins lucrativos e de natureza privada, a qual se rege pelo direito privado sendo constituída por um período de duração indeterminado.
2. A Associação tem a sua sede no R. da Quinta do Cabrinha 3, 1300-906, na freguesia de Alcântara, concelho de Lisboa.
3. A Direção pode criar delegações quando e onde achar conveniente, tanto em Portugal como no estrangeiro, de acordo com o disposto nos presentes estatutos e na lei aplicável.
4. A associação tem o número de pessoa coletiva 515448559.

Artigo 2º

Fim

1. A Associação tem como objeto o desenvolvimento de uma cidadania ativa no âmbito da promoção da saúde mental da comunidade em geral, através da promoção de literacia em saúde mental e atividades de melhoria da saúde mental da população.
2. Para a prossecução do seu fim, a Associação dispõe-se designadamente, a:
 - a) Promover iniciativas que incentivem a população a adotar uma cidadania ativa e participativa no âmbito da Saúde Mental;
 - b) Organizar iniciativas de promoção de literacia em saúde mental;
 - c) Procurar soluções criativas para melhorar a saúde mental dos cidadãos;
 - d) Organizar atividades de informação e formação no âmbito da saúde e doença mental;
 - e) Desenvolver ações de combate ao estigma da doença mental;



- f) Organizar conferências sobre temas relacionados com saúde mental.
3. A associação poderá, igualmente, desenvolver quaisquer outras atividades que, de uma maneira geral, se afigurem conexas, relacionadas, necessárias ou convenientes à prossecução do fim acima referido.

CAPÍTULO II

ASSOCIADOS

Artigo 3º

Associados

1. Os Associados poderão ser pessoas singulares e/ou pessoas coletivas, devendo estas últimas ser constituídas de acordo com a legislação e os costumes aplicáveis nos respetivos países de origem.
2. A Associação tem quatro categorias de associados:
 - (2.a) Associados Fundadores – são os outorgantes do ato de constituição da Associação.
 - (2.b) Associados Honorários – quaisquer pessoas singulares ou coletivas às quais a Assembleia Geral atribua tal categoria, por mérito de importantes serviços prestados em prol da Associação ou dos seus fins ou pelo especial contributo financeiro.
 - (2.c) Associados Efetivos – quaisquer pessoas singulares que se proponham colaborar na prossecução dos fins da Associação e que contribuam para a Associação com o pagamento de uma quota, cujo montante deverá ser aprovado anualmente pela Assembleia Geral, ou que contribuam para a Associação com serviços de valor equivalente.
 - (2.d) Associados Observadores – são as pessoas singulares ou coletivas que se proponham, através de trabalho voluntário ou de outro meio aceite pela Direção, contribuir para a prossecução dos fins da Associação nos termos definidos no Regulamento Interno.

Artigo 4º

Admissão de Associados

An. P. me



1. São Associados Fundadores:
 - (1.a) Ana Cristina Mendes Soares de Matos Mina
 - (1.b) Beatriz Gonçalves Ruivo Domingos Lourenço
 - (1.c) Belina Neves de Oliveira Duarte
 - (1.d) Raquel de Freitas Pires Monteiro Correia
 - (1.e) Débora Bigodes de Miranda
 - (1.f) Luíza Maria Correia de Azevedo d’Espiney
2. A admissão de Associados Efetivos, bem como de Associados Observadores será feita mediante deliberação da Direção, sem prejuízo do disposto no Regulamento Interno, aplicável nesta matéria.
3. A admissão de Associados Honorários será feita na sequência de proposta apresentada pela Direção, em deliberação da Assembleia Geral com um mínimo de dois terços de votos favoráveis dos seus membros.
4. O valor das quotas e demais regras de admissão de Associados, poderão ser deliberadas em Assembleia Geral, sob proposta da Direção, designadamente na Assembleia para aprovação do orçamento anual.

Artigo 5º

Direitos e Deveres

1. Os Associados Fundadores e os Associados Efetivos são titulares dos seguintes direitos:
 - (1.a) Eleger e ser eleito para os órgãos sociais, nos termos da lei e dos presentes Estatutos;
 - (1.b) Participar e votar nas Assembleias Gerais, nos termos da lei e dos presentes Estatutos;
 - (1.c) Apresentar propostas e projetos à Direção; e
 - (1.d) Exercer os demais direitos conferidos pelos presentes Estatutos, pelos Regulamentos Internos e pela lei aplicável.



Ana Mina

2. Os Associados Fundadores são titulares do direito exclusivo de rotatividade na Presidência da Direção, sendo a ordem de ocupação do cargo definida por deliberação da Assembleia Geral.
3. Os Associados Observadores e Honorários poderão acompanhar o desenvolvimento das atividades da Associação estando presentes nas reuniões da Assembleia Geral e tendo capacidade para fazer propostas e apresentar projetos à Direção.
4. Cada Associado que seja uma pessoa coletiva designará uma pessoa singular como seu representante efetivo na Associação, podendo designar um representante suplente para o representar na ausência ou impedimento do representante efetivo, bem como substituir o seu representante efetivo e/ou o seu representante suplente.
5. Constituem deveres dos Associados em geral:
 - (5.a) Contribuir para a realização dos fins da Associação mediante o pagamento das contribuições correspondentes à respetiva categoria de Associado;
 - (5.b) Apoiar a Associação na prossecução dos seus fins e ter uma conduta adequada aos objetivos da mesma;
 - (5.c) Cumprir e fazer cumprir o disposto nos presentes Estatutos e nos Regulamentos Internos da Associação; e
 - (5.d) Aceitar e cumprir as deliberações dos órgãos da Associação.

Artigo 6º

Perda ou Suspensão da Qualidade de Associado e Alteração da Respetiva Categoria

1. Perdem a qualidade de Associado:
 - (1.a) Os Associados que solicitarem a respetiva exoneração ou se houver dissolução ou termo da personalidade jurídica do Associado;
 - (1.b) Os Associados que não cumpram os deveres de contribuição financeira para a Associação, incluindo, entre outros, o não pagamento de quotas depois de devidamente notificados para esse efeito pela Associação; ou



- (1.c) Os Associados cuja conduta, na opinião discricionária da Direção, seja considerada contrária aos fins da Associação ou suscetível de prejudicar o prestígio e bom desempenho da Associação.
2. No caso de se verificar qualquer das situações acima referidas nos números 6.1.b) ou 6.1.c), a Direção deverá notificar o Associado em causa para cumprir a obrigação que não cumpriu ou apresentar uma defesa, retração ou justificação para a (s) sua (s) conduta (s), consoante os casos.
 3. Na falta ou insuficiência do cumprimento da obrigação devida ou de resposta à notificação referida no número anterior no prazo de 60 (sessenta) dias, a Direção poderá suspender imediatamente os direitos do Associado em causa.
 4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a exclusão por um dos motivos acima mencionados nos números 6.1.b) ou 6.1.c) poderá ser aprovada pela Direção para os Associados Efetivos e Observadores e pela Assembleia Geral no caso dos Associados Fundadores e Honorários. No caso mencionado no número 6.1.c) a deliberação (ou a proposta de deliberação, consoante os casos) correspondente deverá ter por fundamento uma conduta do Associado em questão que, na opinião discricionária da Direção, seja considerada como suscetível de prejudicar o prestígio e bom desempenho da Associação.
 5. A exclusão de um Associado não preclude que sejam em qualquer caso exigíveis ao Associado em causa as quotizações ou outras contribuições financeiras previstas nos presentes Estatutos e no Regulamento Interno que se encontrem em dívida, bem como as contribuições relativas ao ano social em que a sua exclusão se verifique.
 6. A deliberação de exclusão não confere ao Associado direito a qualquer indemnização ou compensação.
 7. Qualquer Associado que seja excluído da Associação deixará imediatamente de ser titular dos respetivos direitos dos Associados.
 8. Por comunicação dirigida à Direção, cada Associado que se encontre em situação de regular cumprimento das suas obrigações para com a Associação poderá solicitar a suspensão temporária da sua inscrição como membro da Associação e, tendo essa suspensão sido aceite pela Direção, o termo do período de suspensão e a correspondente retoma da vigência das obrigações e direitos de Associado aplicáveis.



9. Qualquer Associado poderá pedir a alteração da categoria em que se insere, através de comunicação dirigida à Direção, sendo tal proposta decidida nos termos previstos para a categoria em que pretenda integrar tendo em conta o disposto nos presentes Estatutos e no Regulamento Interno, quando aplicável.

CAPÍTULO III

ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS E SEU FUNCIONAMENTO

Artigo 7º

Órgãos Associativos

1. Constituem órgãos da Associação:
 - (1.a) A Assembleia Geral;
 - (1.b) A Direção;
 - (1.c) O Fiscal Único; e
 - (1.d) O Conselho Consultivo
2. Os membros dos órgãos sociais iniciam o seu mandato:
 - (2.a) No prazo de quinze dias após a respetiva nomeação, em sede de reunião de Assembleia Geral;
 - (2.b) No prazo de trinta dias após a nomeação referida na alínea anterior, caso seja realizada antecipadamente.

Artigo 8º

Assembleia Geral

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os Associados no pleno gozo dos seus direitos e obrigações associativas.
2. A Mesa da Assembleia Geral será composta por um Presidente e um Secretário, eleitos trienalmente pela própria Assembleia.
3. As deliberações da Assembleia Geral, quando tomadas nos termos da lei e dos presentes Estatutos, têm força obrigatória para todos os Associados.



Artigo 9º

Reuniões da Assembleia Geral

1. A Assembleia Geral reunir-se-á pelo menos duas vezes por ano, uma para a aprovação do relatório e contas da Direção, e outra para apreciação e votação do orçamento e do programa de ação.
2. A convocação da Assembleia Geral, e a respetiva publicitação, serão sempre feitas pela Direção, nos seguintes termos:
 - a) Exclusivamente através de correio eletrónico, para os associados que o consentirem, através de declaração expressa, feita em formulário próprio criado pela Direção;
 - b) Através de aviso postal expedido para os associados que não consentirem no meio previsto na alínea anterior;
 - c) Através da publicação das convocatórias no *site* da Associação.
3. Caso a Direção não convoque a Assembleia Geral para aprovação do relatório e contas da Direção ou para apreciação e votação do programa de ação para o ano seguinte, esta poderá ser convocada por qualquer associado.
4. A Assembleia Geral extraordinária será convocada pela Direção, podendo ser convocada por solicitação de Associados que, em conjunto, sejam titulares de pelo menos um quinto dos direitos de voto na Assembleia Geral.
5. Todas as reuniões da Assembleia Geral serão presididas pelo Presidente da Mesa ou na sua ausência, pelo Secretário da Mesa. Caso nenhum destes esteja presente, a Assembleia Geral poderá ser presidida por um Associado eleito *ad hoc* pelos Associados que estejam presentes na Assembleia Geral regularmente convocada.

Artigo 10.º

Competências da Assembleia Geral

1. À Assembleia Geral compete:
 - (1.a) Definir as linhas fundamentais de atuação da Associação;



- (1.b) Eleger e destituir os membros da respetiva Mesa, os membros da Direção, do Conselho Fiscal e do Conselho Consultivo, podendo ainda eleger os membros suplentes dos diferentes órgãos;
- (1.c) Apreciar e votar anualmente o Orçamento e o Programa de Ação para o exercício seguinte, bem como o Relatório de Atividades e Contas da Direção;
- (1.d) Aprovar, juntamente com o Orçamento para o exercício seguinte, o valor das quotas, mediante proposta da Direção;
- (1.e) Deliberar sobre a alteração dos estatutos e sobre a extinção, cisão ou fusão da associação;
- (1.f) Autorizar a associação a demandar membros dos Órgãos Sociais por factos praticados no exercício das suas funções;
- (1.g) Apreciar e aprovar o Regulamento Interno da Associação;
- (1.h) Admitir Associados para a categoria de Honorários, nos termos do artigo 4.º dos presentes Estatutos;
- (1.i) Excluir Associados da categoria de Associados Fundadores e Honorários, nos termos do Artigo 6.º dos presentes Estatutos;
- (1.j) Compete à Assembleia Geral deliberar sobre aquisição onerosa e alienação, a qualquer título, de bens imóveis, móveis ou outros de valor superior a € 100.000,00 (cem mil euros);
- (1.k) Compete à Assembleia Geral aprovar a contratação de empréstimos ou quaisquer outras formas de financiamento externo da Associação de valor superior a € 100.000,00 (cem mil euros);
- (1.l) Fixar a remuneração dos membros dos Órgãos Sociais quando, nos termos da lei ou dos presentes estatutos, à mesma deva haver lugar;
- (1.m) Aprovar a adesão a uniões, federações ou confederações;
- (1.n) Exercer as demais competências que lhe sejam cometidas por lei e pelos presentes Estatutos.

2. Compete à Mesa da Assembleia Geral:

- (2.a) Dirigir, orientar e disciplinar os trabalhos da Assembleia Geral;
- (2.b) Decidir sobre os protestos e reclamações respeitantes aos atos eleitorais, sem prejuízo de recurso nos termos legais;
- (2.c) Conferir posse aos membros dos órgãos sociais eleitos.



A. M.

Artigo 11º

Deliberações da Assembleia Geral

1. A Assembleia Geral poderá deliberar à hora marcada desde que estejam presentes ou, no caso de Associados que sejam pessoas coletivas, devidamente representados, pelo menos metade dos Associados com direito de voto, ou trinta minutos depois, com qualquer número de presenças desde que essa possibilidade conste da convocatória e sem prejuízo das regras específicas de quórum deliberativo estabelecidas nos presentes Estatutos e na lei.
2. A Assembleia Geral extraordinária que seja convocada a requerimento dos Associados, nos termos previstos nos presentes Estatutos, apenas poderá deliberar se estiverem presentes três quartos dos Associados requerentes.
3. Aos Associados serão atribuídos os seguintes direitos de voto:
 - (3.a) Associados Fundadores – a cada Associado correspondem 5 (cinco) votos;
 - (3.b) Associados Efetivos – a cada Associado corresponde 1 (um) voto;
 - (3.c) Associados Honorários – não terão direito de voto;
 - (3.d) Associados Observadores – não terão direito de voto.
4. Sem prejuízo das regras específicas de quórum deliberativo estabelecidas nos presentes Estatutos e na Lei, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas:
 - (4.a) Por voto favorável de três quartos dos Associados presentes ou devidamente representados na Assembleia Geral, para as deliberações sobre alterações dos estatutos;
 - (4.b) Por voto favorável de três quartos de todos os Associados para as deliberações sobre dissolução da Associação;
 - (4.c) Por voto favorável de três quartos de todos os Associados para deliberações sobre a exclusão de Associados na categoria de Associados Fundadores;
 - (4.d) Por voto favorável de dois terços de todos os Associados para deliberações sobre a admissão e exclusão de Associados na categoria de Associados Honorários;



(4.e) Por maioria absoluta dos votos emitidos pelos Associados presentes ou devidamente representados na Assembleia Geral, nos demais casos que não estejam previstos nas alíneas anteriores.

5. Sem prejuízo das regras específicas estabelecidas nos presentes Estatutos, as votações efetuar-se-ão (i) pela forma indicada pelo Presidente da Mesa, (ii) por outra forma que seja aprovada pela Assembleia ou (iii) por escrutínio secreto, sempre que se tratar de destituir titulares dos Órgãos Sociais da Associação, ou de assuntos de incidência pessoal dos Associados.
6. De cada reunião da Assembleia Geral será lavrada uma ata, a qual deverá ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral.

Artigo 12º

Deliberações para alterar os Estatutos ou dissolver a Associação

1. Sem prejuízo do disposto na lei, qualquer proposta para alterar os estatutos ou para dissolver a Associação, e determinar o destino dos bens em caso de extinção, deve emanar da Direção ou de dois terços dos Associados com direito de voto.
2. Quando for recebida uma proposta de dissolução da Associação, a convocatória para a Assembleia Geral deverá ser enviada aos Associados com a antecedência mínima de um mês, mencionando claramente os fundamentos para a dissolução da Associação.
3. A Assembleia Geral deverá determinar as condições e os procedimentos para dissolver e liquidar a Associação, sem prejuízo das disposições legais aplicáveis.

Artigo 13º

Direção

1. A Associação será administrada por uma Direção composta por um número ímpar de membros, no mínimo três e no máximo sete, eleitos em Assembleia Geral por períodos de três anos, podendo os membros nomeados ser reeleitos nos termos da lei.
2. A Direção será composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, podendo, caso venha a ter mais de três membros, integrar membros com a categoria de vogais.



3. O Presidente da Direção terá voto de qualidade.

Artigo 14º

Reuniões da Direção

1. A Direção reunirá pelo menos duas vezes por ano, por convocatória enviada pelo seu Presidente e sempre que para tal forem convocadas pelo seu Presidente.
2. Todas as reuniões da Direção serão presididas pelo Presidente ou, na sua ausência, por uma pessoa escolhida pelos Diretores presentes. O Secretário deverá secretariar todas as reuniões da Direção sendo, na sua ausência, designado um secretário substituto pelo Presidente da reunião.

Artigo 15º

Competências da Direção

1. A Direção tem os mais amplos poderes de administração da Associação, sem prejuízo das matérias que são da competência exclusiva da Assembleia Geral.
2. O Presidente da Direção tem a seu cargo executar as decisões da Direção e assegurar o bom funcionamento da Associação, sendo o porta-voz da Associação, competindo-lhe as relações exteriores com as outras instituições, organismos oficiais, organizações públicas ou particulares, governos, imprensa e opinião pública, podendo delegar as funções referidas anteriormente.
3. À Direção compete, nomeadamente:
 - (3.a) Representar a Associação em juízo e fora dele, como demandante e como demandada, sendo representada pelo seu Presidente;
 - (3.b) Admitir Associados para a categoria de Associados Efetivos e Observadores, nos termos do artigo 4.º dos presentes estatutos;
 - (3.c) Excluir Associados da categoria de Associados Efetivos e Observadores, nos termos do artigo 6.º dos presentes estatutos;
 - (3.d) Administrar o património, os fundos associativos, recursos e encargos financeiros da Associação;



Ana Maria

- (3.e) Deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer título, de bens de valor inferior a € 100.000,00 (cem mil euros) e apresentar à Assembleia Geral, nos termos da alínea j), do número 1 do artigo 10.º dos presentes estatutos, propostas de aquisição onerosa ou alienação, a qualquer título, de bens de valor superior a este;
 - (3.f) Aprovar a contratação de empréstimos ou quaisquer outras formas de financiamento externo da Associação, desde que de valor inferior a € 100.000,00 (cem mil euros) e apresentar propostas à Assembleia Geral, nos termos da alínea k), do número 1 do artigo 10.º dos presentes estatutos, neste sentido caso esteja em causa um valor superior;
 - (3.g) Fixar, regulamentar e alterar quotizações, joias e fundos associativos mediante proposta à Assembleia Geral;
 - (3.h) Criar, organizar e dirigir os serviços internos da Associação e assegurar a escrituração dos livros nos termos da lei;
 - (3.i) Organizar o quadro de pessoal e contratar e gerir o pessoal da associação;
 - (3.j) Elaborar anualmente o Relatório e Contas e submetê-lo ao Fiscal Único e à Assembleia Geral;
 - (3.k) Elaborar o orçamento e o programa de ação para o ano seguinte e submetê-lo à Assembleia Geral;
 - (3.l) Executar e fazer cumprir os preceitos legais, estatutários e regulamentares, bem como as deliberações da Assembleia Geral e as suas próprias; e
 - (3.m) Praticar todos os demais atos necessários ou convenientes à realização dos fins da Associação, de acordo com a lei aplicável, os presentes Estatutos, os Regulamentos Internos e deliberações dos demais órgãos da Associação.
4. A Direção pode, por deliberação tomada por maioria absoluta dos votos emitidos por todos os seus membros, designar uma ou mais comissões permanentes ou especiais, para terem e exercerem as competências e funções estabelecidas pela Direção nos termos da lei. As comissões permanentes e as comissões especiais não poderão violar as competências da Assembleia Geral e da Direção.
5. Os direitos de propriedade e os fundos necessários para a existência e funcionamento da Associação serão obtidos através de fontes de receitas aprovadas pela Direção, de acordo com as leis portuguesas aplicáveis.



Artigo 16º

Deliberações da Direção

1. A Direção pode deliberar validamente se estiverem presentes pelo menos mais de metade dos seus membros.
2. As deliberações da Direção serão tomadas por maioria simples de votos emitidos pelos membros presentes, exceto nas decisões relativas à admissão e exclusão de Associados Efetivos e Observadores, que serão tomadas por voto favorável de dois terços de todos os seus membros.
3. Em caso de empate, o Presidente da Direção tem direito a voto de desempate.
4. De cada reunião da Direção será lavrada uma ata, a qual deverá ser assinada pelos membros da Direção que nela participaram.

Artigo 17º

Vinculação

1. A associação obriga-se com a assinatura de um membro da Direção.
2. Poderão ainda ser delegadas em qualquer membro da Direção, ou procurador nomeado para o efeito, competências para, sozinho, representar a Associação em atos de gestão corrente, conforme definidos na deliberação da Direção na qual se venha a tomar a decisão, ou para a prática de quaisquer outros atos integrados na respetiva delegação de competências.

Artigo 18º

Órgão de Fiscalização

O órgão de fiscalização, que terá um mandato de três anos é constituído por um Fiscal Único, podendo uma sociedade de revisores oficiais de contas se assim deliberado, cabendo à Assembleia Geral a sua designação.

Artigo 19º

Competência do Órgão de Fiscalização

Ana Nina



1. Ao órgão de fiscalização compete:

- (1.a) Acompanhar e verificar a regularidade dos livros e registos contabilísticos, dos documentos que lhes servem de suporte, bem como a exatidão das contas anuais da Associação;
- (1.b) Verificar, sempre que o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a existência dos bens e valores pertencentes à Associação;
- (1.c) Elaborar e apresentar um relatório anual sobre a sua ação de fiscalização e emitir parecer, a apresentar à Assembleia Geral, sobre as contas elaboradas pela Direção;
- (1.d) Propor à Assembleia Geral e à Direção a realização de auditorias externas, quando tal se revele necessário ou conveniente;
- (1.e) Pronunciar-se sobre os assuntos que lhe sejam submetidos pela Assembleia Geral ou pela Direção;
- (1.f) Exercer as demais competências previstas na lei e nos presentes estatutos.

2. Para o exercício da sua competência, o órgão de fiscalização tem direito a:

- (2.a) Tomar a iniciativa e proceder à prática dos atos de inspeção e verificação que tenha por convenientes para o cabal exercício das suas funções;
- (2.b) Aceder livremente a todos os serviços e a toda a documentação da Associação, podendo requisitar a presença dos respetivos responsáveis e solicitar os esclarecimentos que considere necessários;
- (2.c) Tomar ou propor as demais providências que considere indispensáveis.

Artigo 20º

Conselho Consultivo

- 1. O Conselho Consultivo é composto por um número variável de membros, no mínimo três e no máximo vinte, eleitos em Assembleia Geral, por períodos de três anos, podendo os membros nomeados ser reeleitos nos termos da lei.
- 2. O Conselho Consultivo será composto por um Presidente e um Secretário, podendo, caso venha a ter mais de três membros, integrar membros com a categoria de vogais.



3. Compete ao Conselho Consultivo apoiar a Direção, nomeadamente, pronunciando-se e dando parecer sobre quaisquer questões relacionadas com a atividade da Associação, quando a Direção assim o solicite.
4. As deliberações do Conselho Consultivo serão tomadas por maioria simples dos membros presentes.
5. O Presidente do Conselho Consultivo terá voto de qualidade.

CAPÍTULO IV

RECEITAS

Artigo 21º

Receitas

São receitas da Associação:

- (1.a) A joia inicial paga pelos Associados;
- (1.b) As quotas pagas pelos Associados;
- (1.c) As contribuições e subsídios do Estado e outras pessoas coletivas públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- (1.d) As receitas de quaisquer atividades organizadas pela Associação, nomeadamente conferências, *workshops* e outros eventos;
- (1.e) Os donativos, patrocínios e financiamentos de que seja beneficiária;
- (1.f) As receitas provenientes de obras que tenham sido licenciadas à Associação ou cuja titularidade dos direitos de propriedade intelectual tenham sido atribuídos à Associação.
- (1.g) Os bens que venha a adquirir por compra, doação, herança ou legado;
- (1.h) Os rendimentos de bens de que seja detentora;
- (1.i) Quaisquer outras receitas permitidas por lei.



CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 22º

Ano Social

Para fins contabilísticos, o ano social corresponderá ao ano civil, iniciando-se no dia 1 de janeiro e encerrando no dia 31 de Dezembro de cada ano.

Artigo 23º

Regulamento Interno

1. Qualquer questão que não seja regulada nos presentes Estatutos será resolvida de acordo com o disposto no Regulamento Interno da Associação e com a legislação aplicável.
2. As disposições do Regulamento Interno não poderão ser contrárias aos artigos constantes dos presentes Estatutos.

Artigo 24º

Participação e remuneração de associados que participam em projetos da Associação

1. Os associados, incluindo os membros dos órgãos sociais podem participar em projetos desenvolvidos pela Associação, no âmbito dos seus fins sociais.
2. Na situação prevista no número anterior, caso os projetos desenvolvidos pela Associação sejam remunerados por qualquer fonte de financiamento externo, público ou privado, nomeadamente, prémios, subsídios, linhas de financiamento ou quaisquer outros, os Associados podem ser remunerados pela sua participação, em função das horas despendidas em cada projeto, tendo em conta, sempre que possível, o montante que o financiamento aloca, especificamente, aos respetivos recursos humanos.
3. A Direção, em cumprimento da presente disposição estatutária, deve aprovar um regulamento estabelecendo as regras de pagamento aos Associados que colaboram em projetos.



4. Os pagamentos auferidos pelos Associados, nos termos do presente artigo, não são, em caso algum, remuneração pelo desempenho de funções como membros dos órgãos sociais.

As. L. L. Mendes Soares, de M. L. B.

~ w. l. e. n. i. s.,

HL S

A. B.